

23 NOV 1989

O debate crucial

MAURO CHAVES

SÃO PAULO

Depois de uma votação transformadora, com a qual já pulverizou esclerosadas oligarquias político-partidárias e estourou corrompidos currais fisiológicos, na tentativa de mudar por completo o cenário público do Brasil, a sociedade brasileira entra numa fase de debate crucial, última etapa da instauração da plena democracia representativa e participativa. É natural que daqui até o dia 17 haja um clima de ansiedades e hesitações, ante uma polarização ideológica que assume conotações maniqueístas de lado a lado, chegando ao anúncio de confrontos do tipo "progressistas" versus "fascistas", ou "democratas" versus "fregoloditas", conforme o grau de animosidade com que cada parte rotule a adversária.



Essa polarização tem como primeiro efeito a tentativa, que fazemos os **pólos**, de eliminar os matizes, as nuances ou as posições dos que não sufragaram os vitoriosos do primeiro turno — e que deverão decidir o voto no segundo turno mais pela **menor rejeição** do que pela **maior preferência**. Lembre-se que 42 milhões de votantes não escolheram Collor nem Lula — dez milhões a mais do que aqueles que os escolheram.

utro efeito dessa polarização pode ser a repetição de manifestações de intolerância, de lado a lado, que têm como paradigma dois episódios re-

Mais de 40 milhões não escolheram Collor nem Lula

centes: o terrorismo psicológico de Mário Amato, ao vaticinar os 800 mil transfugas empresariais, e o patrulhamento ideológico (acrescido de cerceamento à liberdade de locomoção) sofrido por Marília Pêra. Mas é de se prever que todas as manifestações de intolerância sejam de pronto desmoralizadas (como o foram as citadas), pois a opinião pública aprendeu a abominá-las, depois de tenebrosos anos de autoritarismo.

Um terceiro efeito da polarização seria a grande pressa que demonstram **coloristas** e **lulistas** pela definição dos indicados, tentando submetê-los a pressões cerceadoras de seu necessário tempo de reflexão. As cúpulas partidárias se entrecrocaram, as executivas e os diretórios dos partidos se descabelam em negociações — até para evitar implosões —, apoios são oferecidos e repudiados (PMDB, Fiesp, ministros de Sarney etc.). A propósito, uma das melhores coisas do segundo turno é justamente o exercício do salutar direito de repúdio, em todos os níveis. Eis aí um antídoto contra a fisiologia crônica e uma proteção contra os abraços de urso ou beijos de Judas eleitorais.

Mas, apesar das ansiedades e pressões, o eleitorado, que jamais foi pastoreado por cúpulas partidárias ou de outra ordem, assume o legítimo direito de examinar, sem preconceitos, as propostas, os programas de governo, a atuação dos candidatos no horário gratuito e, principalmente, nos debates que ambos já se comprometeram a travar, provavelmente em cadeia nacional de rádio e televisão, a cargo do TSE.

É possível que, pela primeira vez, consigamos assistir a debates públicos entre candidatos a chefe de Estado e governo em nível tão civilizado quanto os que costumam ocorrer em países onde a alternância no poder é rotina antiga e a competição pelo voto é prática essencial, mas corriqueira. Debates que reproduzam, em profundidade, a discussão que ora faz a sociedade brasileira, na busca de opções para seu desenvolvimento, para a eliminação de suas chagas sociais — a primeira das quais é o infame estado de pobreza absoluta em que se encontram dezenas de milhões de seres humanos neste país — assim como para a contrução e defesa de nossa plena democracia. Tudo indica que num debate a dois os candidatos se obriguem a apresentar, soluções concretas, articuladas, para os principais problemas brasileiros, em lugar de apenas tentar demolir o adversário com ataques virulentos que podem se tornar de todo contraproducentes.

Qualquer que seja o vencedor, no segundo turno, não presidirá ele um país semelhante ao governado por Sarney, pois estará submetido a uma sociedade que aprendeu a cobrar, a exercer pressão por meio da representação político-partidária, das entidades de classe, do ordenamento jurídico — Constituição e leis —, da Justiça, da mobilização popular direta e, sobretudo, do inexorável veredicto das urnas.

Mauro Chaves é editorialista do Estado e comentarista político da Rádio Eldorado